



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

56ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE JULHO DE 2025

SESSÃO DENOMINADA – “JORGE TUPINAMBÁ.”

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/julho/ata-da-56a-sessao-ordinaria-17-07-2025.pdf/view>)

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuan declaro aberta a presente sessão. Solicito ao vereador Joaquim da Janelinha, que faça a leitura da data da sessão anterior.

2º SECRETÁRIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Bom dia, Senhor Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pela ordem vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

O regimento nos disse que o horário de abertura da sessão é 9 horas, com tolerância de 15 minutos. A sessão foi aberta com 15 minutos e 42 segundos. Já tinha passado a tolerância do tempo.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não, você perde os 15 minutos quando vira 16, né?

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Não. 15 minutos e 42 já passou. Quando fecha, 9 horas é o horário.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

9 e 1 é 1 minuto. Vá contando. 1, 2, 3, 4, 5, 6...

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Quando fecha 15 e 01, acabou a tolerância, porque é 15 minutos e 1 segundo. 15 minutos e 42 segundos, o senhor já está no 16º minuto. Já caiu. Já caiu. Isso é uma contagem objetiva, é matemática. É matemática. É uma questão matemática. Nessa contagem, a tolerância não é mais 15 minutos, é 15 minutos e alguns segundos. Objetivamente, é essa a forma matemática de se contar. Quero deixar claro aqui que é uma retirada de coro regimental, uma posição da oposição em protesto à Prefeita ter tirado o projeto ontem à tarde para voltar hoje, sem ter tempo de ninguém analisar quase nada, um projeto que envolve PPPs, muitas negociações entre particulares e Poder Público para investimentos, a gente precisa de mais tempo para analisar. Teve 6 meses para colocar. E, objetivamente, a tolerância passou dos 15 minutos. Abriu com 15 minutos e 42 segundos. Então, é esse registro que eu faço a Mesa.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Veja, pela ordem, Joaquim. Veja, a gente já vem, esse tempo todo, utilizando desse Expediente, de até os 15h59. Pela ordem, Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – PELA ORDEM

Presidente, eu tomei por surpresa, quando retornei aqui à Casa, esse procedimento, porque nós sempre tínhamos 15 minutos de tolerância, é o que diz o regimento. Ora, se abre às 9 e temos 15 minutos, 15 minutos são 15 minutos, é matemática, não tem como rechaçar isso. Ademais, tem uma questão de fundo que é política e é muito importante, Presidente. Eu queria saber se todos os colegas aqui, todos os colegas, tiveram a oportunidade de fazer a leitura acuidada que nós precisamos fazer para debater um projeto de lei da monta deste que nós vamos discutir aqui hoje, que está pautado para a discussão de hoje. Ele é muito profundo. Ele traz concepções que precisam ser checadas. Inclusive, Presidente, quero chamar a atenção da Vossa Excelência, que é muito cuidadoso com o nosso poder, o Poder Legislativo, retira do Poder Legislativo a condição, inclusive, de participar de um conselho que está sendo criado para acompanhar as PPPs. Veja, a lei diz que a abrangência do seu conteúdo é para

o Poder Público Municipal, portanto, o Poder Legislativo. Contudo a composição do Conselho que vai acompanhar tudo isso é uma composição exclusivamente do Poder Executivo, facultada a possibilidade de duas apresentações a critério da Prefeita escolher e este Poder que estará subsumido as determinações do projeto de lei sequer tem assento neste conselho. Então é assim é algo muito complexo que eu acho que... estou aqui com uma série de relatório encaminhados pela assessoria, eu mesmo fiz, mas confesso a Vossa Excelência que hoje se for para votar, eu vou votar de forma descuidada, porque não deu para fazer, inclusive cotejar com o que nós já temos, inclusive com decisões superiores que impedem que parcerias públicos-privadas sejam firmadas fora de contratos que estão em exercício de obras públicas. Quer dizer, tem uma série de questões aí que eu acho que nós tínhamos que considerar um pouquinho melhor. Não sei se deixar para retomarmos isso no retorno, trará grande sacrifício para o que a Prefeita pretende. Eu não sei quais são as intenções, nós temos aí 15 dias de recesso. Queria apelar um pouco para que nós pudéssemos avaliar isso e talvez até dialogar sobre algumas questões que podem melhorar. Era isso, Presidente. Alonguei-me um pouquinho.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sonia. Professora Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

Então, primeiro, para dizer que nós que chegamos, na maioria das vezes, no horário, nós temos que ter o cumprimento e por diversas vezes na legislatura anterior, o coro caiu exatamente porque nós não chegamos na hora. A gente não pode segurar aqui o coro para poder atender a pauta do dia, para fazer valer. As pessoas têm que assumir a sua responsabilidade, se ela chega na hora ou se ela não chega na hora. Isso é que está em questão. A primeira coisa que é regimental. Tolerância até 15 minutos é uma coisa, a partir de 15 minutos é outra. Então, eu acho que isso é importante para a Casa Legislativa. Segundo, hoje nós nos retiramos para cair o coro exatamente por uma questão política séria de um projeto que está sendo apresentado. Eu já havia colocado no grupo que não colocasse a pauta do dia, sem haver um debate, eu já tinha feito essa colocação, todos os vereadores sabem da minha posição lá, e a nossa posição hoje foi exatamente porque não é possível votar em um projeto sem analisar o pormenor desse

projeto. Só para concluir nós estamos debruçado no projeto desde a madrugada, a nossa assessoria também está trabalhando, tem copia ali e cola, terrível, que não pode passar. Como sempre, a gente tem chamado a atenção dos projetos do Executivo, além de outras questões graves, que é a relação mercadológica por dentro do Poder Público. Então é isso, queria aqui fazer esse apelo para que a gente pudesse, inclusive, não fazer essa pauta hoje, porque não é possível caminhar dessa forma.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Bom dia. Bom dia a todos os colegas. Presidente, são duas coisas distintas que eu quero falar nessa manhã. A primeira, nós estamos na véspera do recesso e durante todo esse primeiro semestre, em que pese as observações que foram suscitadas hoje, mas em todo esse primeiro semestre, diversas vezes, não foi uma, duas, três. Diversas vezes. Se a gente for pegar aqui nos anais da Casa, pedir a taquigrafia ou ver a Mesa Diretora, por diversas vezes a sessão foi aberta 15h10, 15h20, 15h30, 15h40. Esperava-se durante todo esse tempo virar o 16h para cair o quórum. Essa foi a prática durante... Essa foi a prática durante todo o primeiro semestre e até hoje ninguém nunca suscitou isso. Até... Até o momento, eu não vi ninguém... Até o momento, Presidente, eu não vi ninguém citar isso hoje. Veja, essa é uma coisa, a discussão política a gente faz daqui a pouco, de forma separada, sobre a questão de se votar o projeto, mas a prática da... Essa... Essa prática da abertura do quórum é a prática que tem sido usada durante o seu tempo todo. Ah, vamos tomar uma decisão agora, vamos lá. Presidente, quero fazer aqui um requerimento coletivo, vamos tomar uma decisão, que a partir do retorno do recesso, vamos seguir exatamente... 15 e acabou, pronto. Mas entenda, o que eu tô apresentando aqui, Presidente, é o que tá sendo cumprido durante todo esse tempo e outra. Ou então os colegas digam que eu tô errado. Ou está sendo cumprido esse tempo todo, inclusive na legislatura passada, o que foi cumprido na outra legislatura, quem está aqui diga que sou errado. Sempre se esperou virar o 16 para poder sair dos 15. Saiu dos 15, enquanto estivesse no 15, tinha oportunidade. Quando virava 16, caía. Essa era a prática utilizada continuamente.

IRAN BARBOSA – PSOL

Questão de ordem.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professor Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM

A questão de ordem é baseada no artigo 115, Presidente, e eu queria dialogar com o pastor Diego dizendo o seguinte. Veja, Pastor, Vereador, nós sabemos que nos parlamentos existe o regimento e às vezes existem acordos que são feitos. Os acordos prevalecem enquanto eles são acordos. Eu não sei o acordo que foi feito, desde que eu frequento esta Casa, até esta legislatura, sempre foram 15 minutos, porque este é o texto que eu vou ler para toda a população acompanhar do artigo 115. “As sessões ordinárias devem ser realizadas semanalmente, às terças, quartas e quintas-feiras, iniciando-se às 9 horas, com tolerância máxima,” vou repetir, “tolerância máxima de 15 minutos, sendo que, passado este período, a sessão não pode ser aberta, ficando convocado automaticamente para o dia seguinte da sessão.” Veja, isso é o texto translúcido do regimento. Aí, aí veja bem, o que eu quero dizer, diante de qualquer prática, diante de qualquer acordo que tenha sido feito, ao ser questionada a prática do acordo à luz do Regimento, não cabe, essa é a lógica em qualquer Parlamento. Então, cabe o que o Regimento diz, e é translúcido, são 15 minutos de tolerância. Ora, de 9 a 9h15 são 15 minutos. 09h16 já não são mais 15 minutos, né? Já são 16. Então é isso, Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Bom, veja, calma. Vamos lá. Eu, todas essas questões de ordem e o pela ordem foram depois que eu abri a sessão. Vereador Isac, eu tinha já aberto a sessão pelo que a gente vinha trabalhando aqui. Com 15h40, 15h59, eu abri. Estavámos no pela ordem. Eu vou ouvir, Isac. Eu vou encerrar a sessão convocando antes uma extraordinária para 10 horas. Vamos lá?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Nessa perspectiva, eu vou dizer o seguinte. Não vejo nada desarrasado naquilo que estava suscitando o professor Iran. Só tenho uma questão. Se essa tese for prevalente,

a gente põe em risco as demais sessões, as suas decisões, porque foram tomadas fora do prazo. Porque, sim, e eu queria entender o seguinte, não sendo real que a sessão começou, tudo o que foi feito aqui a gente enquadra em que artigo ou qualquer parte do regimento. Porque a gente está debatendo como se estivesse uma Sessão. Então, o meu entender é que começou a Sessão. Porque, veja! Se não tem quórum, o direito seria em outro patamar. E não hoje...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Começamos a Sessão, estamos pela ordem, questão de ordem. Começamos a Sessão. A partir do retorno, será impreterivelmente 14h59. Bateu 19h15, encerrou. A Sessão não teve quórum. Agora, quando a gente fala que uma pessoa tem 7 anos, ela tem 7 anos, até 7 anos, 11 meses e 29 dias. Certo. Talvez, por isso, que a gente foi nessa linha aqui. A partir de hoje, foi questionado agora pela primeira vez, a partir de hoje será impreterivelmente. Bateu 9h15min, não teve quórum, caiu, mas nós abrimos hoje. O pela ordem foi feita, suscitado, questão de ordem, eu posso convocar uma extraordinária... Então vamos convalidar.

IRAN BARBOSA – PSOL – PELA ORDEM

Dialogando... Veja! Eu acho que para mim essa questão de cair Sessão e convocar outra, para mim era uma coisa muito tranquila...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Eu abri na regra que foi aplicada. Não. Eu estou encerrando. Não caiu. Eu estou encerrando. Porque a gente abriu a regra que estava, dos 15 e uma fração. Estamos dentro do recesso regimental, não posso mais. Certo? Todos concordaram em continuar? Vamos continuar...

IRAN BARBOSA – PSOL – PELA ORDEM

Senhor Presidente, mas me permita. Aí é o seguinte: Eu quero continuar. A minha argumentação mais forte para a Sessão de hoje não é...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não. Já perguntei.

IRAN BARBOSA – PSOL – PELA ORDEM

A minha argumentação mais forte não se encerra com a questão da abertura da Sessão, mas isto sim, Presidente... Veja! Essa é uma questão que eu acho que é solucionável. Vossa Excelência inclusive já deu encaminhamento a isso, a esta Sessão. Queria, Vereador Isac, o seguinte: A Sessão pode continuar, mas alguém pode, algum Vereador pode questionar judicialmente e ela perder sua eficácia. Acho que ninguém tem interesse em fazer esse tipo de disputa aqui, porque não vai construir. O que eu queria chamar a atenção é o conteúdo. Eu queria reforçar isso e, aí, dialogar, inclusive, com o Líder do Governo. Acho que, Presidente, a gente precisava de um pouco mais de tempo para dialogar, inclusive poder contribuir para melhorar o conteúdo do Projeto, no que tange, inclusive, as prerrogativas do Poder Legislativo nessa questão da parceria público-privada. Eu queria só reforçar esse período, porque acho que o tempo foi exíguo. Eu tive acesso a esse Projeto ontem, final da tarde, acho, não é? Final da tarde. Ele é longo. E ele tem um conteúdo complexo. Então, era apelar para que a gente não possa colocar isso em pauta hoje. Porque, sinceramente, a gente leu, avaliou, mas tem muita coisa em jogo.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

A partir de segunda, não é prudente convocar uma Extraordinária. Eu posso convocar amanhã. Se os Senhores quiserem, a gente convoca uma Sessão Extraordinária para amanhã, ou a gente convalida de acordo com a regra que era aplicada. E eu abri a Sessão com a regra aplicada. Se a gente tivesse aberto a Sessão aqui, Iran, Elber estava aqui e se retirou, mesmo sem registrar a presença, se vocês tiverem levantado essa discussão aqui, eu poderia não ter aberto. Elber saiu correndo, vocês estavam lá do outro lado, e eu abri. Dentro dos 15 e uma fração de segundos, tá? Porque a vida inteira estava sendo aberta assim. Tá, meus amigos? Então, eu quero saber, se Vossas Excelências concordam em a gente convalidar, quem concorda, por favor, levante a mão. Se não... Em continuar com a Sessão, se não, não tem problema, a gente considera que não foi aberta e temos Sessão amanhã às 9h. Não, eu volto atrás e desconsidero. Eu estou colocando em discussão. Ou a gente convalida e segue, porque eu abri na regra que está sendo aplicada até hoje, que ninguém tinha questionado, ou não há problema, temos Sessão amanhã, às 9h15min, uma Extraordinária.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Permita-me. É só por... Se Isac não pode acenar para votar esse Projeto daqui a 12 dias, quando voltar o recesso. Vai fazer uma PPP nesses 12 dias, é?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Veja! Vossas Excelências estão aqui presentes, já temos condições de votar. Eu quero saber, quem concorda que a gente continue, porque abrimos na regra que vinha sendo utilizada há muito tempo, levanta a mão. Vamos lá. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. Moana também concorda? 9. Quem não concorda? Quem não concorda, por favor, levante a mão. 1, 2, 3, professora Sonia não concorda. Então levanta a mão 4. Foram 9 votos pela continuidade. 4 votos pela não continuidade, então vamos continuar na regra aplicada, todos sabendo, aí já é uma posição minha, que a partir do nosso retorno, ou começa até as 09:14:59, ou não temos quórum em todas as sessões, não temos mais pela ordem, não temos mais questão de ordem, nós vamos dar continuidade. Por favor, para a leitura da ata, Vereador Joaquim da Janelinha.

PRIMEIRO SECRETÁRIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Ata da 55^a Sessão Ordinária, 44^a Legislatura, denominada Márcio Gomes Alcântara. (Lendo a Ata da 55^a Sessão Ordinária). Lida a ata, senhor presidente. A ata está em apreciação, não vendo quem queira apreciá-la, aprovada. Pela ordem.

IRAN BARBOSA – PSOL – PELA ORDEM

Pela ordem. Presidente, eu pedi a Vossa Excelência, por gentileza, se for possível, que nós pudéssemos fazer um minuto de silêncio. em honra da passagem do companheiro Jorge da Silva Tupinambá, nosso Tupi, Vossa Excelência conheceu muito bem, faleceu e queria, se possível também, que a sessão de hoje, dentro dessa controvérsia toda, tenho certeza que ele estaria contra esse projeto que será hoje discutido aqui, fosse dedicado a ele e recebesse o seu nome. Viva Tupi, presente Tupi.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Eu conheço o Tupi há muito tempo, fazem 19 anos que conheço o Tupi, um grande guerreiro, colega de empresa, sempre esteve do lado certo da história e que ontem passou para a eternidade. Vai fazer falta, Iran, Camilo conhece muito bem, vai fazer falta

demais para a luta, mas eu tenho certeza que ele deixou um legado muito grande e espera que nós que aqui continuamos não renegue a sua história e continuamos defendendo os ideais que ele sempre defendeu e que a gente também defende. Então, viva Tupi, Tupi presente, Deus abençoe toda a família e os nossos sentimentos. (*Um minuto de silêncio*). A sessão fica denominada Jorge Tupinambá. Meus amigos, já lemos as atas, vamos ler o expediente, os avisos e depois eu vou fazer uma sugestão.

1º SECRETÁRIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – LEITURA DO EXPEDIENTE E AVISOS

Expediente Ordinário, 17 de julho de 2025.

Projeto de Lei nº 130/2025, autoria do vereador Levi Oliveira (leu).

Projeto de Lei nº 231/2025, autoria do vereador Lúcio Flávio (leu).

Projeto de Lei nº 289/2025, autoria do Poder Executivo (leu).

Projeto de Decreto Legislativo nº 72/2025, autoria do vereador Iran Barbosa (leu).

Projeto de Decreto Legislativo nº 74/2025, autoria também do vereador Iran Barbosa (leu). Requerimentos.

Requerimento nº 255/2025, autoria do vereador Fábio Meireles (leu).

Requerimento nº 262/2025, autoria da vereadora Professora Sonia Meire (leu).

Requerimento nº 263/2025, de autoria também da vereadora Sonia Meire (leu).

Requerimento nº 264/2005, também de autoria da vereadora Professora Sonia Meire (leu).

Requerimento nº 265/2025, autoria também da vereadora Sonia Meire (leu).

Requerimento nº 266/2025, também de autoria da vereadora Professora Sonia Meire (leu).

Requerimento nº 270/2025, autoria também da vereadora Professora Sonia Meire (leu).

Requerimento 271/2025, autoria vereadora Professora Sonia Meire (leu).

Requerimento nº 272/2025, autoria vereador Isac (leu).

Moção nº 77/2025, autoria do vereador Anderson de Tuca (leu).

Moção nº 84/2025, autoria da vereadora Professora Sonia Meire (leu)...

Indicações: 968, vereador Fábio Meireles.

1.168, vereador Levi Oliveira.

1.201, vereador Alex Melo.

1.270, vereador Maurício Maravilha.

1.322, vereadora Selma França.

1.328 a 1.330, vereador Iran Barbosa.

1.341, 1.343 a 1.348, vereador Iran Barbosa.

1.356, vereador Iran Barbosa.

1.367 a 1.370, vereador Fábio Meireles.

1.378 a 1.381, vereador Fábio Meireles.

1.382, vereador Levi Oliveira.

1.383 e 1.384, vereador Fábio Meireles.

1.385 e 1.386, vereador Maurício Maravilha.

1.387 e 1.388, vereador Fábio Meireles.

1.393 e 1.394, vereador Bigode do Santa Maria.

1.407 a 1.409, vereador Anderson de Tuca.

1.410, vereador Levi Oliveira.

1.413, 1.416, 1.417, vereador Joaquim da Janelinha.

1.419 e 1.420, vereador Fábio Meireles.

1.421 a 1.425 e 1.438, vereadora Selma França.

1.447 a 1.451, vereador Joaquim da Janelinha.

1.454 a 1.460, vereador Maurício Maravilha.

1461 a 1466, vereador Fábio Meireles.

Lido o expediente, Presidente, agora os avisos. Aviso: aniversariando o sábado dia 19 de julho, nosso líder vereador Isac Silveira. Aniversariando segunda-feira, dia 21 de julho, vereador Alex Melo. Também o João Eloy de Menezes, secretário de Estado e Segurança Pública da SSP. Aniversariando quarta-feira, dia 23 de julho, Luciano Pais Xavier, presidente da Aracaju Previdência e a desembargadora Yolanda Santos Guimarães. Aniversariando também no sábado, dia 26 de julho, Ruth Salles Gama de Andrade, reitora do Instituto Federal de Sergipe. E aniversariando na segunda-feira, dia 28 de julho, a prefeita Emilia Corrêa.

Lido Expediente e os avisos, senhor presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos já início ao Pequeno Expediente, convidando a professora Sonia Meire para inaugurar a tribuna no dia de hoje. Enquanto Sonia está indo, eu vou propor, quero logo saber se todos concordam, a gente suspender o Grande Expediente e irmos à presidência discutir o projeto, para dar tempo aí de uma hora para a gente discutir. Tem emendas já, tem emendas e vossa excelência ainda pode também apresentar outras. Certo? Todos concordam? O professor Iran concorda? Camilo? Sonia? Concorda suspender o grande? Exatamente. Certo? Não teremos o grande, iremos nos reunirmos na presidência e a gente suspende a sessão. Quando a gente sair lá tranquilo, a gente volta para a votação. Professora Sonia, com a palavra.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - ORADORA

Então, bom dia, Sr. Presidente, vereadores, vereadoras, todos os trabalhadores da casa, todo mundo que está nos acompanhando, a imprensa, aqui quem fala é a professora Sonia Meire, estatura média, cor de pele branca, cabelos tingidos de roxo, óculos vermelho, hoje estou com uma blusa pink e um blazer também vermelho, meio vinho, meio vermelho. Nessa manhã de hoje, eu quero dizer que nós amanhecemos de luto. Amanhecemos de luto porque foi aprovado nessa madrugada o chamado PL da devastação. E, infelizmente, nós fizemos uma moção de apelo para ser votada hoje, porque não pôde ser votada hoje, porque não foi lida no plenário. E essa moção vai cair

porque não adianta mais porque ele já foi votado, os deputados federais por Sergipe que votaram contra ou a população brasileira contra o meio ambiente e para cada vez mais a devastação no nosso país e acabar com as vidas no nosso país e no planeta foram a deputada federal Katarina Feitosa do PSD, Ícaro de Valmir do PL, Nitinho do PSD e Rodrigo Valadares do União Brasil. Votou contra o deputado João Daniel e estavam ausentes dessa votação, Gustinho Ribeiro dos Republicanos, Tiago de Joaldo do PP e Yandra Moura do União Brasil. Portanto, com a maioria dos votos, ontem, inclusive, com a participação de deputados federais por Sergipe, Nós tivemos um grande ataque e estamos sofrendo a pá de cal para aprofundar a destruição e a devastação ambiental, mesmo diante de uma crise climática que nós estamos vivendo no mundo e no Brasil. O ano da COP30 que vai ser realizada em novembro foi aprovado. Nós temos que fazer um apelo agora para que o presidente Lula vete esse projeto de morte. A segunda ponto de pauta que eu quero colocar aqui hoje, acho que vocês estão acompanhando a sessão desde que abriu, é que nós recebemos um projeto de lei para ser apreciado em regime de urgência aqui na Câmara Municipal e esse projeto de lei nós queremos apelar para que ele não seja colocado em votação hoje porque não é possível votar num projeto que altera as relações jurídicas totalmente do setor público, do executivo com as empresas privadas e com o terceiro setor. Trata-se de um projeto que pode transformar a Prefeitura Municipal num grande balcão de negócios. Em um dos artigos, só para vocês se entenderem, não é só a PPP, é concessão pública, o processo de terceirização e de venda que pode acontecer, como acabou de acontecer com a Deso e a concessão pública da IGUA. O item nono, do artigo nono desse projeto, só vou citar esse por conta do tempo, a gente já sabe quais serão as prioridades desse projeto para fazer parcerias público-privadas ou concessões. O artigo nono, veja só, diz a educação, cultura, saúde e assistência social estão logo no primeiro inciso denotando qual será a prioridade de fazer parcerias e concessões públicas, ciência, pesquisa e tecnologia incluídos neste caso, a tecnologia de informação e comunicação, mesmo em meio à polêmica internacional de uso de dados, a prefeita propõe privatizar a tecnologia da informação. Quem entrega a tecnologia da informação ao setor privado está entregando a soberania e autonomia da sua cidade e do seu país. Nós não podemos permitir que um projeto de lei desse seja aprovado pela Casa Legislativa. Convido a todas as pessoas que estão acompanhando

aqui hoje, que sigam as redes sociais dos Vereadores, que coloquem a sua posição lá nas redes sociais, que se pronunciem por conta desse projeto que é possível que seja ainda apreciado e votado. Nós vamos fazer uma reunião quando suspender essa sessão e vamos reiterar o nosso chamamento à população e à Câmara Municipal que não coloque em votação o projeto que não deu tempo de ser analisado pela população aracajuana. Muito obrigada e um bom dia.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – ORADOR

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do nosso presidente do exercício, vereador Pastor Diego. Cumprimentar todos os Vereadores, todas as Vereadoras, nossos assessores, todos que nos acompanham através da TV Câmara. Eu gostaria de começar o nosso discurso de hoje desejando um bom descanso a todos que fazem a Câmara de Vereadores de Aracaju e ao mesmo tempo já fazendo algumas cobranças a quem puder nos ajudar, seja o Governo do Estado, seja Prefeitura de Aracaju, A gente precisa, Vereador Maurício Maravilha, vossa excelência, que caminha muito lá no Santa Maria comigo, Joaquim, a gente escuta várias reivindicações da população e uma das reivindicações seria um restaurante popular naquela região. Vou conversar isso com o governador Fábio Mitidieri, com a prefeita Emília, para ver se a gente tem condições de fazer um restaurante popular naquela região. São muitas pessoas que passam por um processo de insegurança alimentar, e uma refeição a um preço simbólico, até mesmo se a gente fizesse até um convênio, para ser gratuita, seria algo muito importantíssimo, começando por aquela região, mas os demais vereadores, se o projeto for para frente, se a gente puder colocar em outras áreas da cidade que precisam, seria importantíssimo. Então, vamos conversar com o governador, vamos conversar com a prefeitura, se a gente faz esse restaurante popular naquela região ali do Santa Maria e 17 de março, que vai ajudar muito aquela comunidade. Uma outra situação que a gente percebe, está no plano de governo da prefeita Emília Corrêa, acredito que ela pense em fazer, já conversei até com o vereador Isac, a gente precisa urgentemente, com urgência, fazer um pronto-socorro veterinário. A gente precisa, tem a discussão do hospital veterinário, mas a gente precisa urgentemente dar essa resposta à sociedade, que tanto nos cobra a respeito de um equipamento que pudesse auxiliar as famílias que não têm condições, Maurício, de prestar um socorro, um auxílio ao seu animal que está passando

por algum problema e que, de forma particular, ela é muito gratuita. A gente sabe das dificuldades de manter um hospital veterinário com internação e tal. Então, se não dá para fazer desse jeito, que faça pelo menos um pronto-socorro, que pelo menos já dá um auxílio ali, imediato, socorre o animal e pelo menos o animal, depois já volta medicado e com o procedimento feito, para a residência do seu tutor. Então, a gente também precisa agilizar, porque o tempo tá passando, já se vão 6 – 7 meses da gestão na Perfeita Emília, e a gente já está começando também com essas cobranças. Outra situação que eu quero fazer um pedido aqui à EMSURB, é que proceda com urgência, vereador Breno Garibalde, com a limpeza dos nossos mangues. Quem caminha pelo mangue, Soneca, da 13 de julho, do Tramandaí. Olha, Diego, sai ali da sua igreja quadrangular, nos jardins e pega a Jorge Amado para você ver a quantidade de lixo que está dentro do Mangue. É culpa da prefeitura? Não. É culpa nossa? Não. Mas o poder público tem que fazer a limpeza. Olha, é televisão, é saco de lixo com muito lixo, é PET, é garrafa PET, é sacola plástica, é papelão. O mangue já está morrendo por si só, por causa do esgotamento sanitário que cai a sedimentação. Que eu já pedi à Secretaria do Ambiente que nunca copiar, plagiar o que dá certo, é pecado. Que veja o exemplo de Maceió, que está fazendo reflorestamento dos mangues e está dando certo. Maceió, aqui do lado, qualquer coisa a gente pega o nosso carro, bota a turma dentro e leva para ver. Mas está dando certo o reflorestamento dos mangues aqui em Maceió. Mas, a limpeza é o mínimo que a gente pode fazer. Vai ali no Inácio Barbosa, ali naquela reserva que a Energisa até vem cuidando, o mangue está a mesma coisa, com já mais de um palmo, Soneca, de lixo. Tem que fazer a limpeza. A EMSURB tem que botar as equipes. Se está colocando uma vez por semana e continua desse jeito, que coloque duas vezes, três vezes, o que não pode é a gente está caminhando e vendo essa situação se agravando. Então, faço esse pedido aqui ao nosso querido Hugo, que direcione as equipes de limpeza também para dentro dos mangues, que não dá pra gente continuar da forma que está. Era isso que nós temos por dia de hoje. Um bom descanso a todos no nosso recesso e vamos voltar em agosto com gosto e gás.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vereadora Thannata da Equoterapia, vossa excelênciā no Pequeno Expediente.

THANNATA DA EQUOTERAPIA – MOBILIZA – ORADORA

Bom dia. Bom dia, senhor Presidente. Bom dia a toda a Mesa Diretora, em nome da nossa vereadora, Moana Valadares. Bom dia a todos os servidores desta Casa. Bom dia aos colegas vereadores, vereadoras. Bom dia a vocês que estão nos assistindo aí através da TV Câmara. Hoje eu vou tratar sobre dois pontos de forma rápida. Só temos 5 minutos. O primeiro ponto é falar da minha alegria. No último domingo, nós recebemos a visita do nosso líder, André Moura, no Batalhão da Restauração, onde foi inaugurado ali um dormitório que tem a capacidade de mais 40 residentes estarem no batalhão da restauração, então foi uma alegria muito grande. Lá estava o capitão Samuel, idealizador do projeto, sua mãe e nosso líder André Moura. Seja sempre bem-vindo. O capitão que hoje tem o maior projeto social de Sergipe, que mesmo sem mandato o projeto cresce, amplia, multiplica em prol daqueles que mais precisam no nosso estado, então seja sempre muito bem vindo o nosso líder André Moura ao Batalhão da Restauração e muito me orgulha fazer parte desse projeto. Há mais de 5 anos faço parte do projeto, da história do Batalhão da Restauração, onde diariamente a gente restaura e transforma vidas, me deixa muito feliz. O segundo ponto é para falar a respeito de uma vitória muito grande e significativa que as pessoas com deficiência, os autistas, as pessoas que têm condições permanentes, como Alzheimer, Parkinson, tiveram agora no início de julho, no dia 2 de julho entrou em vigor o projeto de lei 15.157. E que projeto de lei é esse? É um projeto que acaba com as avaliações periódicas do INSS. A gente sabe que as pessoas com deficiência tinha aquela obrigação de estar sempre reforçando, validando a deficiência que você tem, isso é muito desconfortável. Você tinha que estar no neuro, pegando encaminhamento, pegando o laudo médico, para reafirmar a deficiência, a condição permanente que você tem, para passar em uma avaliação periódica do INSS, e ali o INSS decidir se você continuaria recebendo o benefício ou não. Isso era muito desgastante, era muito burocrático, até porque se você tem uma deficiência, se você é autista, se você tem Alzheimer, se você tem Parkinson, é uma condição permanente, é uma condição que ela não vai se alterar. Então, foi uma vitória muito significativa, a gente fica muito feliz em ter tido esse reconhecimento. É uma vitória para as pessoas com deficiência, onde você deixa de ter burocracia e você tem respeito, você tem inclusão. Então, foi muito importante o PL 15.157, muitas mães me mandaram mensagem perguntando até se era

verdade mesmo, porque recentemente tiveram que passar por avaliação periódica e pasmem, tem pessoas que estão fazendo a avaliação fazendo só uma pergunta, vereador Joaquim, pedindo para a criança somar a tabuada, responder a tabuada. Se a criança responder corretamente, você não tem mais aquela condição. Isso é inadmissível, mas tinham avaliações periódicas sendo feitas dessa maneira, então, essa lei nos deixa muito alegres, muito felizes, para que injustiças como essa não aconteçam mais. Porque, recentemente, recebi uma mensagem, ontem, de uma mãe que passou pela avaliação periódica do INSS. A única pergunta que foi feita foi essa: “Responde a tabuada”. A criança respondeu diante de... Veja, não é porque você tem uma deficiência que você tem a baixa intelectualidade não, muito pelo contrário. Muitos autistas têm, são gênios e você perguntar isso para uma criança autista, ali você já está invalidando a deficiência dela. E aí a mãe, acreditem, a mãe perdeu o benefício, vai ter que recorrer, tem que entrar novamente para uma nova avaliação, isso é inadmissível. Então essa lei 15.157 veio realmente para a vitória das pessoas com deficiência, para que a gente deixe de lado essa burocracia e que realmente a gente faça acontecer, porque quem tem autismo, não vai deixar de ter autismo. Quem tem Alzheimer, não vai deixar de ter Alzheimer. Quem tem uma condição, uma deficiência permanente, não vai se tornar irreversível. Então que bom que agora existe um projeto de lei pra que entenda o básico que já era necessário. Então é isso, que Deus abençoe o nosso recesso. Valeu, Joaquim.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Vereador Anderson de Tuca, União Brasil.

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL

Declino, senhor presidente...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Vereador Bigode do Santa Maria, PSD. Pequeno expediente.

BIGODE SO SANTA MARIA – PSD

Bom dia, senhor Presidente Joaquim Janelinha. É, “senhor presidente”, viu? É, não mais que os outros, mas é mais forte um pouquinho. Bom dia, meu amigo Roberto Bonfim. Roberto Bonfim, você está de parabéns, viu? No controle, não só das falas,

como em vários controles. E um bom dia a todos os colegas vereadores, vereadora, vereadoras. Minha amiga Moana, aqui presente. E a todos da imprensa, um abraço. O amigo Charlles aí na portaria, no comando aí do entra e sai, não é meu amigo Charlles? E toda a galeria, um abraço. E todos os servidores da Casa, que Deus nos proteja, todos nós. Senhor Presidente, eu quero aqui solicitar da EMURB, caso de urgência. Sempre eu venho tocando aqui nesta tribuna, às vezes, nos dias das minhas falas, mas isso não é de agora, vereadora Thannata. Isso é de várias gestões, das gestões anteriores. É a situação do esgotamento sanitário ali do Padre Pedro, do Valadares, que os dejetos estão tomando conta das ruas. E também ali, os esgotos sanitários também, ali da comunidade São Lucas, ali ao lado do Valadares, do lado da feira, meu amigo, irmão Alex Melo. Ali, está uma situação muito séria. Inclusive, pedi para o meu assessor de comunicação mandar aqui pra Tiago aqui as imagens aqui da rua A7, ali na comunidade São Lucas, ali o lado da feira. Tiago, vai passando, Thiago, por favor, se o senhor mandou só esse. Isso. Isso aí já fez aniversário de não sei quantos anos, e não foi tomada uma devida providência. Não só por essa gestão, por as outras gestões que foram passadas, vereador Alex Melo. Uma situação que se encontra a maioria da periferia de Aracaju é essa. Não estou falando da gestão presente não, estou falando das várias gestões passadas. É isso aí que se encontra. Então, eu peço encarecidamente ao presidente da EMURB, Sérgio Guimarães que reveja a situação do povo que tanto sofre. É com esgotamentos sanitários estourados nas ruas. E na época da chuva é assim que as coisas acontecem. Isso é na porta do povo, viu? As crianças com as pernas cheias de chagas por terem a pele mais sensível. Cheia de chagas de coçar, muriçoca, pica, e aí o esgoto corre. É uma situação dramática ali no Santa Maria. Eu faço apelo ao presidente da Emurb, com a sua gentileza, que manda a sua equipe visitar esta localidade. Inclusive o padre Pedro, vereador Alex Melo, foi feito, repito, mais uma vez, foi feita aquela obra ali do jeito que bem quiseram, o esgotamento daqueles tubos de 100. Como é que vai esgotar os esgotos sanitários por um tubo de 100? De 4 polegadas. Feito assim. Por isso que eu falei, inclusive, na gestão passada, e a nossa prefeita Emílio Corrêa, vereadora na época, assim, não foi palavra direcionada a ela. Eu disse: Olhe, o gestor, próximo gestor, vai ter uma tarefa muito grande pela frente". É a situação do Padre Pedro, refazer de novo, vereador Alex Melo, refazer de novo, veja a mão de obra. É o conjunto Padre Pedro 1 e 2 e o Valadares também, porque foi feito na

época com todo o respeito da engenharia de Sergipe e do nosso país. Mas, parece que não teve dinheiro nessa obra. Muito obrigado e a paz do Senhor para todos nós.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Parabéns pelas palavras vereador Bigode. Na sequência o vereador Breno Garibalde, Rede.

BRENO GARIBALDE – REDE – ORADOR

Bom dia colegas vereadores, vereadoras, todos que nos assistem pela TV Câmara, todos os assessores, todos os presentes aqui no dia de hoje, servidores da Câmara. Iniciar, como sempre, fazendo minha autodescrição: sou um homem branco, baixo, cabelos castanhos, olhos castanhos, estou vestindo um blazer azul, uma camisa branca e uma gravata azul. Dia de hoje, senhor presidente, é um dia de muita tristeza, assim como a vereadora Sonia falou, a gente precisa falar sobre o PL da devastação, PL nº 2159 aprovado ontem na madrugada, duas horas da manhã, de forma on-line no Congresso. A gente está falando do pior congresso da história do nosso país. A gente está falando de um congresso que não respeita as leis, não respeita as leis ambientais e a gente vai fazer o quê? Se calar ante de tudo isso? A gente está falando de licenciamento autodeclaratório. Já falei isso aqui diversas vezes. E eu não tenho presidente de estimação, não tenho prefeito de estimação. Quero preservar o meio ambiente porque eu acho que isso não deve ser pauta de bandeira política, isso é pensar no futuro, isso é pensar nos nossos filhos, nos nossos netos que futuro a gente terá para essas pessoas? É triste, é revoltante, hoje, dia 17 de julho, é dia das florestas. E agora, a gente assina o maior retrocesso ambiental da história do Brasil. A bancada sergipana uma vergonha. Uma vergonha a bancada sergipana. Apenas o voto do deputado João Daniel contra essa atrocidade. É licenciamento autodeclaratório, gente. Sabe quantas pessoas morreram na tragédia de Brumadinho? Duzentas e setenta e duas pessoas. Duzentas e setenta e duas pessoas morreram na tragédia de Brumadinho. E sabe por quê? Porque flexibilizaram a legislação ambiental na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. E agora isso vai acontecer no Brasil todo e vai ter a digital desses deputados federais que votaram a favor dessa atrocidade. Espero que seus filhos, seus netos não sofram o que essas pessoas estão sofrendo lá. O luto dessas pessoas dessas famílias que perderam as pessoas por conta de

afrouxar licenciamento ambiental. Isso não é pauta que deveria ser partidária nem bandeira não. Isso é futuro do país. E para quem está falando sobre o desmatamento na Amazônia. Tiago bota aí por favor. Aqui a gente tem o mapa do desmatamento na Amazônia como se isso fosse justificativa. Aumentou o desmatamento na Amazônia, aumentou. Olha o gráfico de anos. Olha o gráfico dos anos. Atrocidade que era no governo Bolsonaro. Diminuiu, subiu, está errado? Está. Isso é em quilômetros quadrados, é em quilômetros quadrados. Isso não pode aumentar de forma alguma. A gente tem que lutar para que acabe com o desmatamento. E sabe o que vai acontecer agora? Com esse licenciamento autodeclaratório, vai aumentar muito mais. E agora teremos o quê? Cheque em branco para o agronegócio, cheque em branco para devastação ambiental. E tem gente que se orgulha disso, se orgulha de falar disso, sabe? É revoltante gente, é revoltante. Olha o que aconteceu nos governos passados e me diga se é legal de ver. É triste ver em 2025 aumentando. É triste. Eu não sou a favor, sou contra. Mas dizer, justificar uma atrocidade por outra, por favor. Vamos analisar os dados. É inadmissível. Obrigado, Camilo. Gente, é revoltante. Hoje eu acordei com essa notícia, dormi cedo porque tenho filha para criar e a gente precisa dormir cedo para acordar nos horários dela, não acompanhei a votação, mas acordei hoje com essa atrocidade e o pior é ver gente justificando ou alegando, ou alegando, né? O que é, o que é injustificável, a gente fica sem palavras, é revoltante. Dia das Florestas era para gente estar lutando pela preservação ambiental aqui comemorando avanços, mas não, a gente só comemora retrocesso. Está na internet o nome dos deputados. Espero que na eleição Em 2026, a gente lembra exatamente dos nomes de cada deputado federal que votou a favor da atrocidade. Eu não tenho Presidente de estimação, sou contra a devastação ambiental e continuarei aqui lutando por um Brasil melhor e para as futuras gerações, para que minha filha tenha um futuro do amanhã, para que meus netos tenham um futuro também. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Parabéns, vereador Breno Garibalde. Com minutos para encerrar o Pequeno Expediente, o vereador Camilo Daniel, presidente municipal do PT em Aracaju.

CAMILO DANIEL – PT – ORADOR

Muito obrigado, mas 3 não, 4. Lembre do debate aqui que 15 não é 16 e 16 não é 14. Então 3, né? Então, o Senhor, o Senhor respeite o meu tempo, Presidente, né? Respeita o meu tempo. Eu quero aqui, na manhã de hoje, dizer o seguinte. Ontem foi um dia assim muito triste. Nós tivemos a partida do nosso companheiro Tupi, Jorge Tupinambá, que já foi discutido aqui, que é, inclusive, o nome dessa sessão. Mas eu gostaria de lembrar uma coisa, Breno, que, quando você estava falando, eu estava lembrando aqui. Sempre que o companheiro Tupi, ele era funcionário da DESO, um militante das águas, da natureza. Sempre que ele começava um discurso, Pastor Alex, ele dizia assim, olha aí, “terra, planeta, água.” Sempre Tupi fazia isso. Terra, planeta água. Para falar da importância das águas, da preservação da natureza, da ecologia integral. E esse legado, eu acho muito importante para trazer no dia de hoje, porque o falecimento, a partida do companheiro Tupi, também é o momento da gente falar do legado que Tupi deixou. Mas o legado não é só do militante sindical, que era dirigente do Sindisan, não é só do militante da CUT, não é só isso. Na essência, Tupi lutou, companheira Sonia Meire, para que a Deso não fosse privatizada como agora é. E quando a gente fala da privatização da Deso, a gente já mostra o resultado da privatização da Deso, que é a desgraça do serviço que a IGUA faz aqui no estado de Sergipe, em Aracaju, especialmente. Quando a gente fala da proteção ambiental, a gente rememora que nessa madrugada, na calada da noite, às 3 da manhã, deputados federais, o pior Congresso da história desse país. A vereadora Sonia Meire leu aqui o nome dos deputados federais que votaram contra isso, que votaram a favor disso. E quero dizer que infelizmente, deveria não ser, vereador Breno, deveria não ser uma questão ideológica. Mas infelizmente foi no governo do inelegível de Bolsonaro, daquele inelegível, que o ministro dele dizia que tinha que passar a boiada para destruir o meio ambiente e tudo. Foi no governo dele. Aliás, no desgoverno. No desgoverno. Porque a desgraça tomou conta. A Covid. Se não matasse de fome, era de Covid. E a destruição ambiental. Então, é uma posição política, sim. É o governo do PT que com fé em Deus. Lula! Veta! Veta Lula! Veta Lula!

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Está suspensa a sessão. (*Sessão suspensa*).

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Reaberta a sessão. Vamos dar inicio a ordem do Dia, começando com a recomposição de quórum. Recomposição de quórum feita. Vamos à pauta da 56ª Sessão Ordinária. Pedir ao Vereador Fábio Meireles para fazer leitura Bíblica.

FABIO MEIRELES – PDT – LEITURA BÍBLICA

Obrigado, Senhor Presidente. “Mas Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo Jesus morreu por nós, sendo nós ainda pecadores”. Livro de Romanos 5:8, Senhor Presidente. Amém, amém, amém.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Projeto de Lei nº 78/2025 do Vereador Breno Garibalde. Em Redação Final. (Leu). O Projeto está em apreciação. Não havendo quem queira apreciar, vai à sanção.

Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2025 do Vereador Bigode do Santa Maria. Votação Única. Em regime de urgência. (Leu). Faltando parecer na Comissão de Justiça. Vereador Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Presidente, atendidos os aspectos legais para a questão de Título, eu voto pela tramitação. Como vota agora a Vereadora Sonia Meire?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Pela tramitação.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Vereador Elber Batalha? *Ad hoc*, Vereador Breno Garibalde?

BRENO GARIBALDE – REDE – MEMBRO AD HOC DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Com o Relator.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Isac, como vota a Vossa Excelência? Isac? Isac, como vota a Vossa Excelência? Abster o quê, rapaz? É a votação da Comissão.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Com o relator.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Aprovado na Comissão, Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Aprovado na Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Lei 47/2025 do Vereador Pastor Diego. Em urgência. Em 1^a votação. Leu. Faltando parecer na Comissão de Justiça. Vossa Excelência vai designar outro, não é?

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Presidente, como eu sou autor, designo o Vereador Isac como Relator, para poder aparecer. 47/2025. “Dispõe sobre a garantia da liberdade de reunião religiosa entre alunos durante o intervalo escolar nas instituições de ensino do Município de Aracaju.” Faltando o parecer da Comissão. Como vota Vossa Excelência?

ISAC SILVEIRA – UNIAO BRASIL – RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Pelo prosseguimento.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Como vota o Vereador Elber?

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Eu quero dar uma olhada.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Pode olhar. É bem tranquilo o Projeto. A título de acrescentar, Elber, eu sei que surgem as dúvidas, eu vou só te situar. É um Projeto muito tranquilo que, inclusive, ele garante a autonomia da escola. Vou dar um exemplo. Artigo 1º. Fica garantido aos alunos das instituições de ensino no município de Aracaju o direito de realizar reuniões religiosas durante os intervalos e períodos extracurriculares, desde que sejam respeitadas as normas de convivência e da ordem pública. Outra observação que é o artigo 3º. O artigo 3º diz o seguinte: É vedado aos Professores e a administração escolar impedir ou restringir a realização das reuniões religiosas entre os alunos, exceto nos casos em que houver perturbação da ordem ou desrespeito às normas da instituição. Então assim: É um Projeto que não foca em nenhuma religião em si, em nenhum segmento em si. É um Projeto que garante a liberdade religiosa, considerando que a escola é um espaço público de convivência. O Projeto prevê essa manifestação religiosa nos momentos fora aula, momentos que não atrapalham a grade curricular. É um Projeto que já foi aprovado em diversas capitais do nosso país. Muito tranquilo. Não tem favorecimento de nenhuma região. Não tem nenhuma tendência, não tem nenhuma vedação da autonomia do professor, do coordenador, do gestor. Continua garantindo o poder do professor, do gestor de manter a organização da escola. É um projeto muito tranquilo... Eu pedi a urgência por causa do recesso, queria botar esses dois projetos antes do recesso. Foi por esse motivo que eu pedi. Esse e o meu outro, que estava na comissão há muito tempo. Na relatoria do vereador Isac. Já votou essa semana. Ontem.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Olha, na verdade, realmente, o projeto é bem amplo. Eu quero crer que possa ser simbolicamente que alguma escola possa proibir que alguma pessoa de religião muçulmana possa assistir à aula com adorno, alguma coisa assim. Porque, sinceramente, eu não tenho notícias de que há proibição de alguma situação. O ambiente escolar, em regra, ao meu ver, deve ser um ambiente laico. Não vejo com efetividade a ideia de que

uma criança, no curto espaço de tempo do intervalo de um aula para outra, que é de 10, 15 minutos, pare para fazer uma mini-missa, um culto, ou um evangélico, um culto espírita. Mas enfim, não estou vendo nenhum traço de inconstitucionalidade. Vamos seguir.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Como vota *ad hoc* o Vereador Alex Melo?

ALEX MELO – PRD - MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Eu voto com o relator, senhor presidente.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Vereador Sonia?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Eu voto com o relator.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Eu também voto pela tramitação. Presidente, aprovado na comissão.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O projeto está... Não. Não. Comissão de Assistência Social. Agora... Vereador... Selma. Vamos lá? Breno. Não. Sonia Meire, por favor, para conduzir os trabalhos.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – RELATORA DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Então, vamos analisar aqui, porque a Comissão de Assistente Social, a vereadora Selma não está, e nós não temos... A discussão é do mérito, nós não temos nenhuma função de dizer que o projeto não vai tramitar. mas as pessoas têm o direito de colocar também o seu voto. Então, eu vou perguntar aqui como vota *ad hoc* DOC... Quem está

aqui da comissão é Thannata, primeiro, então, vou começar por Thannata. Como vota, Thannata?

THANNATA DA EQUOTERAPIA – MOBILIZA – MEMBRO DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pela tramitação.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – RELATORA DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vereador Bigode?

BIGODE DO SANTA MARIA – PSD - MEMBRO DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com a relatora.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – RELATORA DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como vota o vereador Camilo, *ad hoc*?

CAMILO DANIEL – PT – MEMBRO DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eu voto com a relatoria, Senhora Presidenta.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – RELATORA DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como vota o Vereador Maurício Maravilha? Ah, Lúcio Flávio, desculpe. Desculpe, Lúcio Flávio, como vota?

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pela tramitação, aprovou. Obrigada. Aprovado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não está aqui. Vamos para a Comissão da Educação. Professor Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Eu vou designar como relator o Vereador... O Vereador Miltinho não está aí não, né? Vereador Moana, Vossa Excelência.

MOANA VALADARES – PL – MEMBRO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Voto pela tramitação do projeto, como vota o Vereador Iran Barbosa.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Na verdade, eu vou pedir que se manifestem os demais parlamentares da comissão. Aqui eu tenho o Vereador Binho.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Pela tramitação. *Ad hoc*... Pela tramitação. Acho que não tem nenhum dos membros lá. Ô Camilo, desculpe. Vereador Camilo.

CAMILO DANIEL – PT – MEMBRO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Eu voto pela tramitação, Presidente. Pela tramitação. Já temos votos para tramitar, pela tramitação, senhor Presidente. Foi aprovado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O projeto está em discussão, para discutir professor Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Sr. Presidente, primeiro quero colocar que, do ponto de vista pessoal, não terei nenhuma divergência, não votarei contrário a esse projeto, mas aqui fazer uma reflexão é minha obrigação. Veja, o direito de liberdade de reunião é um direito assegurado constitucionalmente e ele, evidentemente, extrapola a necessidade de restringir esse direito a reuniões de caráter religioso. O direito de liberdade religiosa ele é amplo e é assegurado constitucionalmente, de forma que esse projeto não cria um problema com base no que a Constituição estabelece. Qual é a questão? A questão é que a gente tem que entender o seguinte. O vereador proponente do projeto certamente compreendeu que, diante da especificidade da religião, das religiões, ele entendeu necessário fazer uma lei que trate especificando essa questão, que é constitucionalmente assegurada. Infelizmente, esse não foi o critério, por exemplo, utilizado quando nós discutimos aqui, em relação à LDO, as políticas públicas voltadas para as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, que

aí, não, como o direito é amplo, não precisa tratar especificamente. Eu quero mostrar, com a comprovação de um fato concreto, que às vezes, às vezes a realidade nos impõe a necessidade de regularmos, dizendo textualmente aquilo que nós queremos reforçar. Porque, a rigor, esse projeto aqui, ele não tem necessidade de existir. Porque as garantias que estão colocadas, são garantias constitucionais. Liberdade religiosa é garantia constitucional. Sou um defensor intransigente da liberdade religiosa. A garantia de liberdade de reunião é uma garantia constitucionalmente estabelecida. A rigor, o que está aqui nesse projeto não precisa existir. Vou votar favorável porque não tem porque votar contra. Agora, tem um detalhe aí que a gente precisa tomar cuidado, vereador, é que o espaço público da escola, ele não pode ser exercido para fins de proselitismo, nem religioso, nem político. Eu sou parlamentar, já fui candidato há 20 anos que disputei eleição, sou professor e sempre tomei um cuidado muito grande, sou filiado ao partido político, e na hora que eu estou no ambiente da minha escola, preservar o ambiente do proselitismo partidário, do proselitismo político, do proselitismo eleitoral, tanto é que os meus alunos me cobram quando está em campanha. Professor, o senhor não aparece lá? Quando vou, fico no portão de entrada, porque respeito o ambiente escolar. Então, nós temos que tomar cuidado, porque o direito de se reunir dentro da escola é assegurado aos estudantes para discutir não só religião, para discutir política, para discutir os interesses da comunidade LGBTQIAPN+, que está lá dentro da escola, e nós temos que reforçar essa condição de a escola ser um espaço de reunião dos estudantes, porque isso é um direito constitucional. Agora, é bom que a gente entenda que os pesos e as medidas não podem ser diferenciados, não é? Nós precisamos compreender que, às vezes, é necessário, certamente, o que motivou o vereador a propor isso aqui, e ele mesmo disse quando defendeu o regime de urgência, disse que foram algumas notícias que teve de cerceamentos a esse direito, fez ele produzir. Votarei favorável, Pastor Diego. Agora, não poderia votar favorável sem fazer essas análises, que acho importante, porque aqui nós estabelecemos políticas públicas e definimos políticas de Estado. Aqui nós estamos falando em artigos, não em versículos. Eu falo em versículos na minha igreja, no meu lar, na Câmara, na escola, eu falo dos artigos da Constituição, falo dos artigos da lei e depois eu vou fazer a minha profissão religiosa no ambiente colocado. Só preciso chamar atenção para esse cuidado. A reunião de alunos para discutir sobre religião, nada impede.

Essa reunião. Agora, todo mundo tem que saber. Essa reunião não pode ter como fundamento o objetivo de fazer proselitismo religioso. Como não está dito que é para isso aqui, se tivesse, evidentemente, teria meu voto contrário e sei que vossa excelência não proporia um projeto de lei dessa natureza. Mas, se tivesse, eu votaria contra. Mas fica a advertência. Reunir para discutir, os alunos são livres para reunir e discutir o que quiserem desde que estejam dentro. Porque a escola tem um regimento, vamos lembrar que as escolas elas têm autonomia, isso é assegurado na LDB, autonomia pedagógica, autonomia administrativa e até autonomia financeira, está assegurado lá na LDB. E elas têm um regime, têm um projeto político pedagógico, tem um projeto político pedagógico que deve ser baseado nas leis nacionais e municipais, no caso do município, e tem o regimento interno, que disciplina o funcionamento da escola. É esse regimento que vai dizer como essas coisas podem acontecer. Às vezes precisa de liberação, sim, porque o espaço da liberdade não é o espaço do *laissez-faire*. Por exemplo, nós temos direitos de nos reunir na praça, como quisermos, mas temos que comunicar às autoridades competentes, que vamos fazer aquilo até para fins de organização e tal, a legislação prevê isso. No caso da escola, pode ter a reunião? Pode. Mas tem que ter a comunicação às autoridades da escola, que são o corpo diretivo, os professores que são autoridades dentro da escola. Às vezes a gente não quer reconhecer a autoridade dos docentes. E os docentes têm autoridades que precisam ser exercidas sem autoritarismo, mas precisam ser exercidas e respeitadas. Então, eu voto, votarei favorável com todas essas observações que achei necessárias que fossem feitas. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Então, primeiro, não há de fato nenhuma limitação constitucional sobre o projeto, por isso que nós votamos pela tramitação. No entanto, o projeto traz no seu artigo 1º que a escola pode realizar reuniões religiosas durante os intervalos e períodos extracurriculares. Eu quero me deter aos intervalos, porque existem outros projetos de lei que estão sendo alguns aprovados, outros já revogados, porque em outros estados que tem utilizado como obrigação, no espaço de intervalo, cultos religiosos de determinadas

religiões. Então, o intervalo, inclusive, eu só quero fazer o debate porque não é uma coisa tão... do fazer escolar. Eu sou professora alfabetizadora de origem. Sou formada em pedagogia e fui professora alfabetizadora anos, antes de ser professora de formação de outros professores. E nós temos o espaço do intervalo entre uma aula e outra, do recreio, como a gente tem a prática, é um espaço que a escola inclusive tem que oferecer uma diversidade de atividades para as crianças. Do brincar, por exemplo, a gente não tem uma política do brincar no município de Aracaju, muito menos nas escolas. Dessa forma, conduzida, orientada, até porque tem escolas que nem espaço para o brincar tem, vereador. É o caso de uma das escolas que meus netos estudam, dois netos meus. Não tem espaço. É um prédio alugado sem espaço. Então, a gente precisa tomar muito cuidado quando a gente tratar exatamente do uso dos intervalos para desenvolver atividades. Nada contra as atividades religiosas, não é isso. Mas a gente precisa, de fato, respeitar toda a condição que a própria escola tem definido no seu projeto e para não substituir os espaços do brincar, do lazer, da alimentação que fica reduzida da merenda escolar para promover manifestações, cultos religiosos, independente de qualquer religião que seja, certo? Então, queria aqui colocar esse debate porque ele está sendo feito em vários lugares e conduzindo inclusive para o uso quase como obrigatoriedade, entendeu? Então, disso aí a gente realmente não pode, não estou dizendo que seu projeto trata disso, estou dizendo que esse projeto da própria laicidade, da liberdade religiosa, ele é importante ser reforçado, mas não ser substituído, inclusive, utilizado os espaços apenas com a finalidade de trabalhar, de desenvolver, utilizar esse espaço apenas para as atividades religiosas. Até porque a gente também tem tido dificuldades para fazer reuniões sobre outros temas dentro da escola também, certo? Então, eu penso que o projeto, de fato, ele vem apenas reforçar algo que já está na Constituição, mas trago aqui esses aspectos para que a gente possa pensar e que a gente não tenha nenhum projeto no futuro que venha criar condições para a rede educacional do nosso município, que vai na contramão disso, inclusive que o senhor está colocando, e na contramão de um projeto político pedagógico da escola. É só isso e meu voto será favorável.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Agradeço. Eu quero pedir aqui ao vereador Sargento Byron para poder assumir, para poder discutir, antes de passar para o vereador Lúcio e o vereador Mona.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Bom dia Vereadores, mais uma vez bom dia. Eu vou discutir esse projeto de forma muito objetiva, que eu não quero tomar muito tempo de vossas excelências, e agradecer primeiramente a declaração do voto favorável do professor Iran e da Vereadora também professora Sonia Meire, e dizer que eu acolhi de fato as observações de vossas excelências, acolhi professor Iran, as observações que vossa excelência fez em todos os aspectos e dizer que quando a gente pensou nesse projeto, quando a gente preparou ele, a gente preparou pensando cuidadosamente em cada aspecto que foi suscitado aqui nessa manhã. Primeiro eu vou dizer, pastor, por que um projeto desse se já é um direito constitucional, cláusula pétrea da Constituição Federal, um direito que não pode ser modificado enquanto existir a Constituição de 1988? Por quê? Porque na prática nós acompanhamos diversos casos pelo Brasil afora onde a reunião entre alunos, o momento de uma conversa sobre a Bíblia, o momento de uma oração, de uma manifestação religiosa, dentro do intervalo curriculado, intervalo escolar, começou a ter problema e começou a ter tipos de perseguição. Então, esse projeto foi criado, elaborado e foi já aprovado em diversas câmaras em nosso país. Quais são as observações objetivas que eu trago aqui? Primeiro, O direito da reunião é um direito garantido para os alunos. E aqui, professor Iran, eu falo para os alunos porque? Para não ter nenhum tipo de intenção de proselitismo religioso de qualquer religião. Não é o direito a uma abertura para poder fazer movimentos religiosos dentro das escolas, não. É do aluno. No momento extracurriculado, no momento de intervalo, de reunião, ele tem a liberdade de um pegar na mão do outro, de fazer uma oração, de ler uma palavra, de um outro fazer a sua manifestação religiosa, respeitando, e aqui eu trago as observações. Artigo 1º. Desde que sejam respeitadas as normas de convivência e a ordem pública. Artigo 3º. É vedado à escola professor proibir, restringir, aí vem o porém, exceto nos casos em que houver perturbação da ordem ou desrespeito às normas da instituição. E aqui vem a fala do Vereador do Iran. Cada escola tem o seu regimento, a sua independência, autonomia. Então o projeto busca também respeitar o regimento e a autonomia de cada escola.

Quando a gente pensou, nós trabalhamos para ter um projeto que assegura esse direito fundamental, imutável, que é a liberdade de crença, a liberdade religiosa. É meu direito de acreditar ou deixar de acreditar naquilo que eu quiser e o direito de eu manifestar a minha religião no ambiente que eu estiver. Eu tenho dito, num momento de intervalo, tem muita gente que se senta pra namorar, tem gente que senta pra paquerar. Tem outros que é o tempo que vai e foge da escola e vem com uma desculpa. Muita gente se reúne pra fazer qualquer tipo de coisa. E nesse momento nós queremos assegurar que também pessoas que queiram ter esse momento ali de fortalecimento espiritual, de manter a sua fé ativa, de ter um momento de conexão com Deus, também tem esse direito garantido. Então eu quero muito, tranquilamente trazer essa explicação e já agradecer pelos votos favoráveis do vereador Iran, da vereadora Sonia e dos demais colegas que eu sei que apoiarão esse projeto tão importante para a nossa cidade. Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Com a palavra agora o vereador Lício Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO PROJETO

Obrigado, Vereador Diego. Primeiro, quero parabenizar a vossa excelência pelo projeto, pela autoria do projeto. Eu acho que, esse é um assunto, certa vez o professor Iran trouxe aqui uma fala, dizendo que a gente precisa contextualizar o que a gente discute aqui com a prática, com a realidade, com o dia-a-dia, pra gente não ficar descolado aqui no plenário com a vida lá fora. Isso é uma fala do professor Iran, que eu quero subscrever agora, pastor Diego, porque eu entrevistei em meu programa de rádio há alguns meses, Um vereador lá do estado de Pernambuco, não me lembro se foi da Grande Recife ou foi da capital, em que o Ministério Público daquele estado acionou alunos que estavam lendo a Bíblia no intervalo da escola. E isso é vida real, isso é fato. O Ministério Público estava querendo entender que aquilo era proibido, intencionava entender que aquilo era proibido. Então, o projeto de vossa excelência, ao qual eu já quero de antemão pedir subscrição, porque eu concordo plenamente, ele não fala de proselitismo, da escola promover religião alguma, ele trata de liberdade do aluno, em seu horário de intervalo, poder, assim como ele faz o lanche, assim como ele lê um gibi,

assim como ele usa o celular, também poder, sem ser importunado, ler a Bíblia, cantar um louvor, desde que não atrapalhe nenhuma outra atividade da escola. Vossa Excelência foi muito feliz quando deixou isso claro no texto, desde que não atrapalhe o funcionamento da escola. Mas eu acho que é importante deixar uma fala do professor Iran aqui, respondida, porque ele comparou, fez uma comparação sobre uma discussão que houve aqui na LDO. E que eu acho completamente desarrazoada esse comentário, porque ele fez uma comparação com a discussão da Emenda nº 13, de autoria do vereador Breno, e que, veja, este vereador que votou contra, votei em diversas emendas que o vereador Breno colocou aqui, votei a favor, mas nesta, especificamente, votei contra. O vereador Iran dizia, palavra dele aqui, que o homossexual não é igual, não tem os mesmos direitos, é uma pessoa com a vida que tem direitos e comportamentos e cerceamentos diferentes do heterosexual. E a minha fala dizia, não, ele é igual, porque assim como existem negros pobres e ricos, homossexuais pobres e ricos, de igual modo existem brancos pobres e ricos, homossexuais pobres e ricos, heterossexuais pobres e ricos. E que a nossa posição era, oportunizar essa emenda do vereador Breno, para os mais vulneráveis, independente da condição dele. Então, comparar um PCD, um idoso, uma criança, fazer esse tipo de comparação eu acho completamente inadequado, até porque é importante deixar claro para esta Casa, e eu fiz questão de pesquisar. Já existe política pública, eu estou com a estrutura aqui da Secretaria, estou com o organograma da Secretaria de Ciência Social desta gestão aqui, aberta no meu computador. Já existem políticas públicas, já, para quem dizia que não existe, para um departamento específico para política pública para mulher, para promoção de igualdade racial, para pessoa com deficiência e para LGBT. Então, veja, dizer que não existe, essa gestão não vê, essa gestão não faz, essa gestão não está pensando nisso. E aí, a nossa posição foi, nós precisamos procurar as políticas públicas para os mais vulneráveis. E aí essa mistura de conteúdo que o professor Iran fez, aí eu queria separar, fazer um apartamento aqui, uma separação de que, Vossa Excelência está falando de um direito que o aluno tenha a liberdade de, no intervalo, sem atrapalhar nenhum aluno, nenhum professor, nenhuma aula, poder expressar a liberdade religiosa dele. E veja, o senhor não falou aqui, Vossa Excelência não disse que era a religião evangélica, a religião afrodescendente, a religião espírita, não foi dito isso. Então, eu acho que a gente não deveria polemizar um assunto

tão simples. Sim, o professor Iran falou que a vida real às vezes nos impõe algumas diferenças da narrativa e do discurso. Eu acho que nós deveremos nos ater em políticas públicas, professor Iran, que alcancem vulneráveis, que dependam de assistência. E não necessariamente uma classe A ou classe B, um tipo de pessoa A, um tipo de pessoa B, uma preferência sexual, preferência sexual B, nem cor de pele. Então, eu reitero aqui o meu apoio a políticas públicas de assistência social a vulneráveis. Reitero e subscrevo. Cotas para vulneráveis sociais. É isso que eu trato. E em específico, que eu não entendi essa correlação, nesse caso, não está se falando de um professor usar o intervalo para fazer propagação religiosa. A escola fazer uma campanha no intervalo de divulgar uma religião. Está se tratando apenas para que o aluno, possa, em qualquer que seja a sua religião, naquele momento, sem atrapalhar o rito da aula, ler o seu Alcorão, sua Bíblia, seu Livro dos Espíritas, o que quer que seja, naquele momento que não haja nenhum óbice. Ponto. Apenas isso. E nessa casa, muito se fala que o que não se... O que se abunda não se atrapalha. Eu vou conceder, desculpe, precisar do tempo que era necessário. Sempre as ordens, professor Iran.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Com a palavra, vereadora Moana.

MOANA VALADARES – PL – DISCUTINDO PROJETO

Primeiro, eu quero parabenizar o autor do projeto, Diego, pedir, se possível, Diego, também, a subscrição desse projeto, que, diferente de outras iniciativas, sabe, vereador Iran, ele não segregá, ele não divide, ele não aparta, ele fala de liberdade religiosa para todas as religiões. Ele não especifica um tipo específico de religião. Ele garante aos nossos alunos, no município de Aracaju, que tenham a liberdade de expressar os seus pensamentos religiosos, de se reunir com os seus colegas, e isso de forma natural e de iniciativa dos próprios alunos. Não que isso parte dos professores, não que isso parte da administração da escola, mas que seja uma iniciativa dos próprios alunos. Eu entendo a sua preocupação e concordo. E quando o vereador Elber comentou aqui que estranhava que fosse possível em algum momento haver algum tipo de óbice a esse tipo de atividade, infelizmente essa é a realidade que nós vivemos. É muito triste ter que reconhecer isso, mesmo sabendo que a liberdade religiosa é um princípio garantido pela nossa

Constituição, mas infelizmente na realidade da nossa sociedade não é o que acontece. Eu já recebi diversas vezes reclamações de alunos que foram criticados, punidos dentro do ambiente de escola, dentro do ambiente da sala de aula por estarem se reunindo nos intervalos para conversar sobre as suas religiões com seus colegas. Eu recebi já, professor Iran, denúncias de coordenadores, coordenadoras, que me procuraram dizendo que estavam sendo perseguidas por permitir que alunos se reunissem nos intervalos e tocassem louvores, mas elas tiveram medo de se expor, tiveram medo de colocar a cara, justamente pela perseguição que seguem. Infelizmente, no mundo real, A religião, a liberdade religiosa, ela não é respeitada e isso é muito triste. É verdade. Mas que bom que esse projeto, ele é para todos, que bom que esse projeto, ele não segregá, ele não é específico para uma religião só. Que bom que esse projeto, ele permite que toda e qualquer religião seja respeitada no ambiente de sala de aula. E é por isso que esse projeto, vereador, tem todo o meu apoio. Parabéns, continue com o seu trabalho e que Deus lhe abençoe.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Eu agradeço a fala dos colegas, vereador Lúcio, vereadora Moana e os demais colegas. Não tendo mais quem discutir, o projeto está em votação. Primeira votação, projeto aprovado. Projeto de Lei nº113/2025, em urgência, também de minha autoria, foram as duas urgências que eu pedi. (Leu). Isso foi aprovado já na Comissão, só falta aparecer na Comissão de Saúde. Quem é o presidente da Comissão de Saúde? Vereador Breno. O projeto está na Relatoria de Vossa Excelência para conduzir.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA COMISSÃO DE SAÚDE

Estava analisando o projeto, também não vejo nada que impeça a tramitação, meu parecer é favorável. Como vota o vereador Lúcio Flávio?

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA COMISSÃO DE SAÚDE

Eu acompanho o relator.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA COMISSÃO DE SAÚDE

Como vota, o vereador Rodrigo Fontes. Camilo está aí? *Ad hoc*, vereador Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO AD HOC DA COMISSÃO DE SAÚDE

Projeto 103/2025, Pastor Diego, autor, né? É, mas a lei é benéfica. Pela tramitação senhor presidente.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA COMISSÃO DE SAÚDE

Como vota o vereador Ad Hoc, Maurício Maravilha?

MAURÍCIO MARAVILHA-UNIÃO BRASIL

Sigo o relator.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA COMISSÃO DE SAÚDE

Aprovado na comissão, seu presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

O projeto está em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação, projeto aprovado.

Projeto de Decreto Legislativa nº116/2024 (Leu). Vereador Elber Batalha. O projeto está em votação. Não havendo quem discutir, em discussão, não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 53/2025 (Leu). Autoria vereador Alex Melo. O projeto está em discussão, não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 54 (Leu). Lúcio Flávio. Projeto está em discussão, não havendo quem discutir. Aprovado.

Projeto de Lei nº 393/2023 tem o pedido de retirada do autor, adiamento para votação. Vai querer solicitar ou pode ser retirada de pauta? 393. Na autoria de vossa excelência, chegou aqui na mesa a informação que vossa excelência pediu para retirar de pauta.

ELBER BATALHA – PSB

Isso é um equívoco quanto ao anexo, presidente. Eu vou pedir a retirada somente para correção do anexo, porque eu fui alertado pela mesa que o anexo tem uma falha, e que fica contraditório com o projeto.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Deferido o pedido de Vossa Excelência.

Projeto de lei nº 15/2025 (Leu). Autoria vereadora professora Sonia Meire. O projeto está em votação, em discussão, não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Projeto de Resolução nº 10/2025 (Leu). Autoria Sargento Byron. Projeto está em discussão. Não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento...

FÁBIO MEIRELES – PDT – PELA ORDEM

Senhor Presidente, é porque o senhor está na velocidade tremenda. Eu sou lento, Vossa Excelência está na agilidade. Parabenizar, viu? Só solicitar, Parabenizar pelo projeto do vereador Byron e ao mesmo tempo solicitar a subscrição ao projeto.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Requerimento nº 18/2025... também, Thannata? Subscrição? Certo. (Leu). Elber Batalha. Requerimento está em discussão. Não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 245/2025 (Leu). Autoria Elber Batalha. O requerimento está em discussão. Não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 249/2025 (Leu). Selma França. Requerimento está em discussão. Não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Nós temos 2 requerimentos fora de pauta, o primeiro é o nº 271/2025, vereadora Sonia Meire. Sonia Meire requer à mesa, na forma regimental, após ouvir o plenário, com fundamento no artigo 167, inciso 2, do regime interno, a preferência para votação e a dispensa de interstícios regimentais e urgência para votação do projeto de lei ordinário 199/2025, denomina a rua Geleinar, Porto, atual Rua P do bairro Inácio Barbosa, autoria da vereadora. Requerimento está em discussão Não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento 272... Colegas, eu quero pedir só a paciência de Vossas Excelências, que tem um requerimento de urgência aqui do vereador Isac, em relação ao projeto que a gente votaria. Então, quero saber do presidente se vai ser retirado esse requerimento, e o que vai ser feito com o requerimento aqui que está na mesa, para poder a gente analisar agora. Então, eu quero pedir a Caio que confirme ali, por favor, com o vereador Isac e com o presidente, se a gente vai avançar. Então, vamos lá. Requerimento, eu requeiro a mesa na forma regimental, que possam ouvir o plenário com fundamento art. 167, inciso 12, Regimento Interno, a preferência para a votação e dispensa dos interstícios regimentais e urgência para aprovação do projeto de Lei nº 289/2025, da Autoria do Projeto Executivo, que instituiu o Programa de Promoção em Parcerias e Investimentos do Município de Aracaju, altere e revogue o dispositivo na Lei nº 4476/2013 e dá providências correlatas. Autoria Isac. Requerimento está em discussão. Não havendo quem discutir, em votação. Aprovado.

Antes de encerrar a sessão, deixe eu só pedir para ao presidente vir dar a palavra, porque vai vir o recesso agora ver quais vão ser as diretrizes e o que ele vai determinar. Então, eu vou suspender a sessão apenas por cinco minutos que é o tempo de ele entrar e ele dar a determinação dos próximos passos. Então, a sessão está suspensa.

Reaberta a sessão. Antes de abrir a pauta extraordinária, eu quero convocar... Quero encerrar a sessão e convocar uma sessão extraordinária para logo em seguida, já acalmando os colegas que é para poder aprovar os projetos que foram aprovados em urgência aqui em primeira votação a gente encerrar. A gente aprovou três projetos que estavam em urgência e a gente vai encerrar a urgência desse projeto. Então, declaro encerrada a sessão.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Maria Tereza Melo Mendonça.